XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

ASPECTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DO ENSINO/FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM NO BRASIL: REVISÃO NARRATIVA

Nágila da Silva Teixeira[1], Jameson Moreira Belém[2]

Resumo: O ensino/formação em Enfermagem no país é resultante das transformações sanitárias, sociais, políticas e educacionais que refletem as mudanças nas concepções de saúde, cuidado e trabalho profissional, contribuindo para a construção das competências necessárias à atuação nos diferentes níveis de atenção à saúde. Nesse contexto, objetivou-se analisar a evolução do ensino/formação em Enfermagem no Brasil a partir dos marcos históricos e normativos. Trata-se de revisão narrativa, desenvolvida de setembro a outubro de 2026, mediante seleção de produções científicas disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de documentos normativos relacionados à trajetória do ensino de Enfermagem no país, destacando os principais marcos legais e a evolução histórica do processo formativo até o período atual. O corpus compreendeu 30 textos, sendo 14 artigos e 16 instrumentos normativos. Organizou-se cronologicamente os dados, considerando a institucionalização do ensino, a regulamentação profissional, as reformas educacionais e políticas públicas que permeiam a formação e atuação da Enfermagem. Os resultados apontaram que a criação da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras, em 1890, e da Escola Anna Nery, na década de 1920, representou um marco para a organização e profissionalização da Enfermagem brasileira. Posteriormente, a Lei nº 775/1949, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, a Reforma Universitária de 1968 e a Lei nº 7.498/1986 contribuíram para a estruturação do ensino e regulamentação profissional. Em 1981, o Programa de Integração Docente-Assistencial buscou conectar a formação acadêmica com a realidade prática. Mais tarde, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 8.080/1990 fundamentaram a formação orientada aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Ainda na década de 1990, a Portaria MEC nº 1.721/1994, a Lei nº 9.394/1996 estimularam o desenvolvimento científico e a reestruturação curricular; o Projeto UNI e a consolidação da Rede UNIDA impulsionaram a integração ensino-serviço-comunidade. Nesse processo, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Graduação em Enfermagem, estabelecidas em 2001, e as iniciativas de educação permanente, a partir de 2003, como a Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, o Pró-Saúde, PET-Saúde e a UNA-SUS ampliaram as possibilidades de qualificação profissional e aprendizagem interprofissional

[1] Universidade Regional do Cariri, e-mail: nagila.teixeira@urca.br
[2] Universidade Regional do Cariri, e-mail: jameson.belem@urca.br

contextualizada com os determinantes sociais. Recentemente, a atualização das DCNs pela Resolução CNE/CES nº1/2026, busca consolidar a formação generalista, crítico-reflexiva, humanista e com ênfase no SUS, reconhecendo-o como norteador, ao passo que valoriza estratégias que reconheçam o protagonismo discente na aprendizagem. Apesar dos avanços, persistem desafios na superação do modelo biomédico e na implementação de estratégias inovadoras nos currículos com vistas à aproximação da realidade dos serviços de saúde. Revisitar esses marcos históricos e normativos é importante para compreender o percurso da formação em Enfermagem no Brasil e entender a transformação de um modelo de ensino predominantemente tecnicista para uma formação de abordagem integral, cuja continuidade exige o fortalecimento de práticas pedagógicas contextualizadas com as necessidades coletivas, do SUS e da práxis profissional.

Palavras-chave: Educação em Enfermagem. Enfermagem. Formação Profissional. Sistema Único de Saúde.

Agradecimentos:
Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a Universidade Regional do Cariri - Campus Campus Multi-institucional Humberto Teixeira pela concessão de bolsa de Iniciação Científica à autora.